

# Educação empreendedora: formação de cidadãos na Educação Profissional e Tecnológica

Ana Paula Peroni <sup>[1]</sup>, Octávio Cavalari Junior <sup>[2]</sup>

[1] anapaulaperoni@gmail.com. Faculdade da Região Serrana – FARESE. [2] cavalarioc@gmail.com. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES

## RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar as possíveis contribuições da educação empreendedora (EE) na formação do cidadão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. Para tal, realizou-se uma pesquisa bibliográfica através de livros, dissertações e artigos científicos nas bases de dados *Google Scholar*, *SciELO* e Portal de Periódicos da Capes a partir das palavras-chave: “educação empreendedora”, “educação profissional e tecnológica”, “ensino profissional e “empreendedorismo social”. A revisão abrangeu o período de 2000 a 2019. O referencial teórico fundamentou-se nos estudos de Lopes (2010, 2017), Dolabela (2003, 2008), Dornelas (2008), Frigotto e Ciavatta (2006). Diante de um mundo globalizado, torna-se fundamental proporcionar ao aluno do ensino profissional e tecnológico condições para atender às demandas da sociedade, conciliando crescimento econômico e desenvolvimento profissional e social. Nesse sentido, observa-se que a EE representa uma possibilidade de capacitar esse aluno a provocar mudanças no cenário em que está inserido, através de um comportamento dinâmico, responsável e cidadão. A compreensão dessas contribuições poderá auxiliar na ampliação do conceito da EE para uma educação de abordagem holística, permitindo, assim, maior inserção e aplicabilidade da educação empreendedora na educação profissional e proporcionando o desenvolvimento do ser humano dentro de um meio social.

**Palavras-chave:** Educação empreendedora. Formação do cidadão. Educação Profissional e Tecnológica.

## ABSTRACT

*The aim of this article is to analyze the possible contributions of entrepreneurial education (EE) in the training of citizens in the scope of Vocational and Technological Education. In order to do so, we carried out a bibliographical research through books and scientific articles at Google Scholar, SciELO and Capes Periodicals Portal based on the following keywords: “entrepreneurial education”, “vocational technological education”, “professional education” and “social entrepreneurship”. The review covered the period from 2000 to 2019. The theoretical framework was based on the studies of Lopes (2010, 2017), Dolabela (2003, 2008), Dornelas (2008) Frigotto and Ciavatta (2006). In a globalized world, it is fundamental to provide the student of vocational and technological education, conditions to meet the demands of society, reconciling economic growth and professional and social development. In this sense, we noticed that entrepreneurship education represents a possibility to enable this student to change the scenario in which he is inserted, through a dynamic, responsible and citizen behavior. The understanding of these contributions could help the expansion of the concept of entrepreneurial education to an education of holistic approach, allowing a greater insertion and applicability of the entrepreneurial education in professional education, enabling the development of the human being in a social environment.*

**Keywords:** *Entrepreneurial education. Citizen training. Vocational and Technological Education.*

## 1 Introdução

Um grande desafio em um mundo globalizado e com alto desenvolvimento científico e tecnológico é tornar o homem apto a utilizar suas capacidades para provocar mudanças no cenário em que está inserido. Isso implica um comportamento dinâmico, responsável, participativo e empreendedor.

Nesse sentido, a educação observa a necessidade da adoção de abordagens pedagógicas voltadas à implantação de um ambiente de ensino-aprendizagem que favoreça a formação desse novo homem. Para isso, são necessárias estratégias educacionais que promovam o desenvolvimento de capacidades requeridas para participar e interagir na comunidade à qual este pertence, tais como: capacidade de pensar de forma crítica, autônoma e criativa e a capacidade de reconhecer problemas e propor soluções para situações complexas, estabelecendo, assim, um diálogo com o mundo que o cerca.

Uma das propostas para a implantação desse ambiente de ensino-aprendizagem é a inserção da educação empreendedora. Na Europa, o empreendedorismo na educação vem sendo promovido pela Comissão Europeia através de ações que potencializam o espírito empreendedor nos jovens, não apenas no sentido de transformá-los em criadores de empresas, mas no sentido de desenvolver ações que possam dar frutos a longo prazo, preparando-os para que, no futuro, projetos inovadores sejam iniciados ou mesmo empresas criadas (MENDES, 2011).

Em países como os Estados Unidos, o empreendedorismo tem grande relevância na educação, existindo, inclusive, cursos de doutorado de educação em empreendedorismo, além de um modelo educativo de treino em empreendedorismo implementado para todos os níveis da educação, servindo de base para programas como o *Junior Achievement*<sup>1</sup> (MENDES, 2011).

Seguindo essa tendência, o Brasil, mesmo que paulatinamente, tem investido na inserção da educação empreendedora, seja como tema transversal ao currículo, como formação complementar ou como disciplina obrigatória (SOUZA, 2012). É possível observar, em escolas e universidades, a aplicação de

diversos métodos, técnicas e recursos como: visitas técnicas, incubadoras, grupos de trabalho e discussão, planos de negócios, estudos de casos, criação de empresas e produtos, jogos e simulações, entre outros.

Todas essas ações intencionam o investimento em uma educação que permita aos jovens aprimorar suas capacidades empreendedoras, permitindo-lhes identificar e trilhar caminhos inovadores em sua vida. Assim, a proposta de implementação do empreendedorismo na educação objetiva proporcionar o desenvolvimento do aluno, contribuindo para a formação de pessoas criativas, inovadoras e comprometidas com o desenvolvimento coletivo.

Segundo Lopes (2010), a educação empreendedora já mostrou não ser apenas modismo, tendo se difundido justamente porque se sintoniza com as demandas e os desafios do mundo atual. As pesquisas a respeito da educação empreendedora têm despertado interesse pelas especificidades dessa proposta de ensino, abrindo espaço para novos estudos teóricos e empíricos (SCHAEFER; MINELLO, 2017).

Alguns estudiosos, como Luz e Cêa (2006), entendem que a educação empreendedora nada mais é do que uma nova forma de articulação entre economia e educação. A esse respeito, Lavieri (2010) enfatiza que a preocupação com o capitalismo e o neoliberalismo e o receio de preparar mão de obra para o mercado ao invés de formar pessoas produziu críticas por parte de educadores em admitir que o processo de inserção na sociedade incluía também o aprendizado de um trabalho e a inserção econômica.

No campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), há um intenso questionamento acerca do trabalho tecnicista e da educação reprodutivista, e observa-se que essa modalidade de educação vem ganhando novos contornos (TASSO *et al.*, 2015). O objetivo da EPT é preparar o aluno para o mundo do trabalho, proporcionando-lhe os conhecimentos técnicos acerca da futura profissão associados a conteúdos e práticas mais humanísticas, que tenham por meta a formação integral do aluno, de modo a prepará-lo para atuar criticamente na sociedade em que vive.

Diante desse contexto, essa pesquisa de desenvolvimento teórico se propõe a analisar as possíveis contribuições da educação empreendedora na formação do cidadão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma organização de educação prática em negócios, economia e empreendedorismo. Fundada em 1919 nos EUA, visa despertar nos jovens o espírito empreendedor, estimulando seu desenvolvimento pessoal e criando pontes entre o mercado de trabalho e os jovens.

## 2 Método da pesquisa

Neste trabalho utilizou-se como estratégia metodológica a pesquisa bibliográfica, no intuito de possibilitar o acesso aos estudos e pesquisas já produzidos a respeito do tema.

A pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um tema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos e outros. Busca, também, conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema. (MARTINS, 2001).

O presente artigo seguiu as seguintes etapas: inicialmente, foi feita uma pesquisa bibliográfica através de livros, dissertações e artigos científicos nas bases de dados do *Google Scholar*, *Scientific Eletronic Library Online - SciELO* e Portal de Periódicos da Capes a partir das palavras-chave: “educação empreendedora”, “educação profissional e tecnológica”, “ensino profissional” e “empreendedorismo social”, além das suas combinações. A revisão abrangeu as produções referentes ao período de 2000 a 2019, sendo a coleta de dados realizada de abril a maio de 2019.

Foram utilizados como critério de inclusão publicações que relacionavam o tema “educação empreendedora” ao contexto da Educação Profissional e Tecnológica e suas possíveis contribuições para formação do cidadão. Os livros selecionados nesta pesquisa são de autores conhecidos, como Lopes (2010, 2017), Dolabela (2003, 2008), Dornelas (2008), Frigotto e Ciavatta (2006), os quais possuem diversos estudos referentes à educação empreendedora e à Educação Profissional e Tecnológica.

A busca de artigos científicos que se adequassem aos critérios de inclusão iniciou-se na base *SciELO* com o descritor “educação empreendedora”. Como resultados, foram obtidos 22 artigos, dos quais apenas dois estavam de acordo com o critério de inclusão deste estudo. As demais combinações, educação empreendedora “e” Educação Profissional e Tecnológica, educação empreendedora “e” ensino profissional, educação empreendedora “e” empreendedorismo social não remeteram a nenhum artigo.

A pesquisa no *Google Scholar* e no Portal da Capes foi realizada utilizando-se as palavras-chave e suas combinações no título dos artigos, tendo em vista que a busca pelas palavras-chave ou suas combinações em qualquer lugar do artigo remeteu a um número muito elevado de publicações, tornando inviável a leitura e posterior análise.

Em seguida, efetuou-se o tratamento de dados. Todo o material coletado foi analisado, registrando-se as informações obtidas durante a pesquisa e que estavam relacionadas com as possíveis contribuições da educação empreendedora na formação do cidadão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

Após o tratamento de dados foi realizada a organização destes, de modo a fornecer respostas à questão proposta para investigação. Todos os dados coletados e apresentados no presente trabalho são de artigos, livros e dissertações publicados por autores citados nas referências bibliográficas, apresentadas no final deste artigo.

## 3 A educação empreendedora

Para melhor compreender o conceito de educação empreendedora, faz-se necessário previamente definir o termo empreendedorismo. Não há um consenso quanto à exata definição do conceito de empreendedorismo, e essa dificuldade de conceituação decorre da própria evolução do fenômeno do empreendedorismo, bem como de concepções errôneas divulgadas principalmente pela mídia e pelo senso comum.

A expressão empreendedorismo foi traduzida da palavra inglesa *entrepreneurship*, que se derivou do latim *imprehendere*, correspondente a empreender, originado da língua portuguesa no século XV (CRUZ JÚNIOR *et al.*, 2006, p. 5). Inicialmente, o termo empreendedorismo nasceu no meio empresarial, e o empreendedor era entendido como a pessoa que empreendia um negócio.

Dornelas (2008, p. 22), define o empreendedorismo como “o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades”. Fillion (1999, p. 19), por sua vez, procurou unir várias concepções em torno do que seja o empreendedor e o situa como:

[...] uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detectar oportunidades de negócios. Um empreendedor que continua a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas que objetivam a inovação continuará a desempenhar um papel empreendedor.

Dentro da literatura empresarial, o comportamento empreendedor restringia-se apenas ao empresário. Houve, contudo, uma mudança nessa literatura, argumentando que o comportamento empreendedor deve ser incorporado por toda a população e ensinado na escola, focado na promoção do desenvolvimento do indivíduo como protagonista de sua história e comprometido com o desenvolvimento e a sustentabilidade da sociedade em que vive.

Diversos autores, entre eles Dolabela (2008), Dornelas (2008), Guerra e Grazziotin (2010), Lavieri (2010) e Lopes (2010), têm fomentado o debate sobre a educação tradicional, apontando a educação empreendedora como uma forma de ensino-aprendizagem que possibilita a criticidade do aluno em seu contexto.

Entre algumas das definições a respeito da educação empreendedora, tem-se a proposta pelo grupo de trabalho temático da Comunidade Europeia:

Trata-se de desenvolver um conjunto geral de competências aplicáveis em todos os domínios, e não apenas de aprender a gerir uma empresa. A educação para o empreendedorismo inclui todas as formas de aprendizagem, educação e formação que contribuem para o desenvolvimento de espíritos, competências e comportamentos empreendedores – com ou sem um objetivo comercial (COMISSÃO EUROPEIA, 2013, p. 7).

Lopes (2017), baseado no Relatório da Comissão Europeia de 2012, indica que pelo menos um dos seguintes elementos deve constar na educação para que esta seja considerada empreendedora:

1. Estímulo às atitudes e habilidades como iniciativa, criatividade, assunção de riscos, independência, autoconfiança, planejamento para alcance de objetivos;
2. Ampliação da consciência dos alunos sobre as possibilidades de carreira como autônomo (autoemprego) e empreendedor;
3. Utilização de metodologias práticas em que os alunos se engajem em projetos ou atividades fora dos limites da instituição de ensino, vinculando-os com a comunidade local ou o mundo dos negócios;
4. Desenvolvimento de habilidades básicas de negócios, conhecimentos sobre como abrir e desenvolver atividades comerciais ou sociais e instrumentalizar alunos para criar o próprio emprego ou se autogerirem.

Lavieri (2010) compreende que se considerarmos o conceito de maneira ampla, indo além do aspecto econômico, toda a educação que visa o desenvolvimento social poderia ser considerada uma educação para o desenvolvimento da atitude empreendedora. Esse entendimento, apesar de simples, ainda é praticamente desconhecido para a maioria dos educadores que associam, por motivos históricos, a educação empreendedora apenas ao aspecto da criação de empresas.

Na educação empreendedora, o aluno torna-se o ponto-chave no processo de aprendizagem, atuando como sujeito na busca de um autodirecionamento da aprendizagem, com o propósito de desenvolver o conhecimento e o conceito de si, reforçando sua própria identidade por meio do aprimoramento de capacidades.

O autodirecionamento na aprendizagem é baseado na filosofia humanista, cuja suposição fundamental é de que a educação deve ter seu foco no desenvolvimento do indivíduo.

Na aprendizagem autodirecionada, o objetivo da educação tem um foco maior no processo (desenvolvimento do pensamento crítico, crescimento como pessoa e cidadão) do que no conteúdo (AQUINO, 2007, p. 24).

O conceito de capacidades adotado nesse artigo é aquele trazido por Amartya Sen (2003), que compreende as capacidades como liberdades substanciais, ou seja, um conjunto de oportunidades inter-relacionadas para escolher e atuar. Desse modo, as capacidades não são simples habilidades adquiridas, mas incluem também as oportunidades criadas pela combinação entre as faculdades pessoais e o contexto político, social e econômico.

Nas últimas décadas, Amartya Sen (2003) e Martha Nussbaum (2010, 2012) têm proposto um novo modelo associado ao desenvolvimento humano e à criação de capacidades, no qual questionam a lógica funcional e restrita de compreensão de competências associadas às abordagens sobre a educação para o empreendedorismo.

Nesse novo modelo, as questões centram-se fundamentalmente no que as pessoas são realmente capazes de fazer e de ser e em quais oportunidades têm à sua disposição para escolher a vida que pretendem e têm direito a viver – e não em questões

associadas ao incremento da produtividade, à criação de negócios e ao sucesso empresarial.

Dentro desse contexto, a educação empreendedora associa-se à capacitação e à educação para a cidadania e para o exercício de uma liberdade substancial e responsável, superando uma abordagem baseada apenas no treino de competências funcionais.

#### 4 A educação empreendedora na Educação Profissional e Tecnológica

De acordo com Saviani (2007), é através do trabalho que o homem pode se sustentar e obter acesso aos bens que lhe permitem viver dignamente. Pelo trabalho, o homem modifica a natureza e a si próprio; assim, o homem se faz no e pelo trabalho, transformando a natureza, a si mesmo e o mundo.

Nas últimas décadas, o Brasil vivenciou uma série de transformações políticas, econômicas e sociais que impactaram nas relações de trabalho. Essas mudanças também repercutiram diretamente na educação e exigiu algumas adaptações no sentido de atender ou mesmo acompanhar essas demandas, normatizando, assim, a educação no país.

Segundo Andrade (2005), cabe à escola evidenciar a sua função social e sua proposta educativa, indicando o perfil do cidadão que deseja preparar.

O momento é de incerteza quanto às relações de trabalho. Sabe-se que as oportunidades de emprego formal decrescem a cada dia, mas o que dizer do trabalho? As áreas de atuação são inúmeras, as fronteiras entre as profissões são cada vez mais tênues e a diversidade de relações de troca confunde e exige reposicionamento constante. A alienação e a negação são o caminho mais escuro para a exclusão. A maior parte das instituições de ensino ainda não compreendeu que cada nova lógica de trabalho requer uma nova postura e uma nova educação (BESSA, 2005 apud ANDRADE, 2005, p. 1).

As escolas de educação profissional de nível médio estão atentas a esta realidade e em sua função de atender às necessidades do mundo do trabalho, dos cidadãos e da sociedade, e começaram a direcionar o ensino para a área do empreendedorismo.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, foi instituída a Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008),

que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o qual dispõe, no artigo 6º, inciso VIII, sobre o estímulo ao empreendedorismo como eixo de um projeto de formação emancipatória. O empreender é entendido em sua dimensão criativa e no comportamento proativo na busca de alternativas viáveis para solução de problemas coletivos.

A esse respeito, Frigotto e Ciavatta (2006) salientam que as instituições de ensino profissional não devem trabalhar em função das entidades empresariais, mas em função do homem. Partindo desse argumento, a educação profissional deve fundamentar-se em uma qualificação abrangente que inclua, além das competências técnicas profissionais, uma visão crítica aliada à responsabilidade social, características que compreendem os fundamentos da educação empreendedora.

O tema empreendedorismo é alvo de entendimentos contraditórios, especialmente no meio docente. Alguns teóricos afirmam que, apesar desses novos conceitos inseridos na educação, o objetivo final continua sendo o mesmo: atender aos interesses do mercado. É nesta linha de pensamento que estão alguns autores como: Ciavatta (2011); Paro (1999) e Coan (2013).

A cultura do trabalho que se contrapõe a uma educação plena é a da formação profissional reduzida aos treinamentos, à pedagogia das competências, à ideologia da empregabilidade e do empreendedorismo, à educação corporativa de interesse das empresas, aos rudimentos técnicos ou às especializações tecnológicas, escoimados da compreensão das relações de trabalho e dos direitos laborais. São processos com roupagens novas, mas com base na histórica relação desigual entre as classes sociais no Brasil (CIAVATTA, 2011, p. 185).

Contudo, há os que defendem a formação empreendedora, como Previdelli e Sela (2006) e Dolabela (2008), que acreditam ser possível aplicar na educação conceitos empreendedores sem visar apenas uma formação para o mercado.

Segundo Minervino (2014), torna-se necessário desvincular a imagem do empreendedor empresário, ou seja, aquele que é dono de um negócio, da outra imagem, a do empreendedor como forma de ser e de agir. O foco principal não é o mercado, mas o indivíduo, que por meio de uma educação empreendedora pode tornar disponível e utilizável o seu potencial.



A própria Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) inseriu, em seu quinto pilar da educação, o requisito Aprender a Empreender, revelando a importância da educação à preparação para o empreendedorismo, desenvolvendo nos jovens a capacidade de inovar, de reter conhecimento, de desenvolver projetos próprios e de saber lidar com as mudanças (LOPES, 2010).

O empreendedorismo não deve ser visto como um paliativo para problemas estruturais, como o desemprego ou a exclusão. É necessário que se reflita profundamente sobre os equilíbrios necessários entre o incremento das capacidades individuais e grupais para empreender e as condições e oportunidades contextuais para efetivação de tal propósito. Sem uma reflexão de base, corre-se o risco de transformar a retórica do empreendedorismo em estratégia de responsabilização individual para resolução de problemas supraindividuais.

Nesse contexto, a educação empreendedora deve ser pensada como degrau para valorização da capacidade de análise crítica, de iniciativa e de cooperação, como uma atitude diante da vida, sem se ignorar, no entanto, o investimento paralelo em políticas públicas capazes de gerar oportunidades sociais e econômicas.

No âmbito do ensino técnico profissional, a educação empreendedora demanda novas possibilidades de aprendizagem, vinculadas com uma proposta pedagógica que tenha por objetivo a criação de espaços nos quais o aluno possa aprender sobre si mesmo, sobre o outro e sobre o contexto onde se insere, desenvolvendo sua mentalidade empreendedora e sua emancipação no cenário sócio-político e econômico nesse mundo globalizado.

## 5 A construção de capacidades empreendedoras

O modelo de ensino baseado em competências é um dos que mais tem influenciado a educação profissional desenvolvida no Brasil. O conceito de competência na educação profissional, mesmo que ainda polêmico, é orientador de currículos, os quais não são mais centrados em conteúdos ou traduzidos em grades de disciplinas, mas sim em conjuntos integrados e articulados de situações-meio que promovam aprendizagens profissionais significativas.

Machado (2002, p. 151) destaca que a formação escolar relacionada à educação profissional deve prover as pessoas de competências básicas como:

A capacidade de mobilização de esquemas de ação progressivamente mais complexos e significativos nos mais diferentes contextos; a capacidade de construção de mapas de relevância das informações disponíveis, tendo em vista a tomada de decisões, a solução de problemas ou o alcance de objetivos previamente trabalhados; a capacidade de colaborar, de trabalhar em equipe e, sobretudo, a capacidade de projetar o novo, de criar em um cenário de problemas, valores e circunstâncias no qual somos lançados e no qual devemos agir solidariamente.

No que tange à legislação, as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Profissional assumem como concepção orientadora o modelo das competências. A Resolução CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012, que define as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, contudo, não eliminou a abordagem por competências profissionais, associa-as aos conhecimentos e aos saberes.

Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais (CNE, 2012).

Recentemente, ao conceito de competência adotado nas Diretrizes Curriculares, vêm-se acrescentando emoções, valores e atitudes:

Os valores, as atitudes e as emoções se expressam no saber ser e no saber conviver, intimamente relacionados com o julgamento da pertinência da ação, com a qualidade do trabalho, a ética do comportamento, a convivência participativa e solidária e outros atributos humanos, tais como o incentivo ao desenvolvimento da iniciativa, da criatividade e da capacidade empreendedora (CORDÃO, 2012, p. 80).

Nesse sentido, as competências associadas a processos formativos orientados somente para o desempenho em sentido restrito não são suficientes

ou adequadas, uma vez que o desempenho pode ser influenciado tanto por atributos e condições pessoais como por diversos condicionantes e fatores contextuais e situacionais. De acordo com Albuquerque, Ferreira e Brites (2016), os modelos de competências holísticas e novas estratégias pedagógicas são fundamentais para potencializar a emergência de (novos) empreendedores capazes de produzir dinâmicas de desenvolvimento pessoal, social e econômico mais inteligentes e sustentáveis.

No que se refere às abordagens relacionadas às chamadas competências empreendedoras, observa-se que muitas vezes as definições se confundem com outras competências profissionais. Antonello (2005) definiu competência empreendedora como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que viabilizam a um indivíduo imprimir sua visão, estratégias e ações na criação de valor (tangíveis ou intangíveis) para a sociedade.

Dolabela (2003), por sua vez, define competência empreendedora como sendo a aptidão de mobilizar habilidades como: conceito de si e espaço de si, rede de relações, conhecimento do ambiente, liderança e energia para a realização de seus propósitos.

As competências existem em maior ou menor grau nas pessoas e são elementos que podem ser promovidos e desenvolvidos pelo ensino e influenciados pela experiência de vida. Dentro desse contexto, cabe à escola desenvolver a construção interativa do conhecimento, em busca do desenvolvimento de competências, pois, no novo paradigma de educação, a escola deve preparar o cidadão para um novo tempo. Dessa forma, ensinar por competência está na proposta de formatação da educação que se constitui pela capacidade de o sujeito mobilizar recursos visando abordar e resolver situações complexas.

Nesse entendimento, percebe-se, então, que existe uma interligação desse conceito com a competência empreendedora e com os processos de aprendizagem empreendedora. A educação empreendedora aponta a necessidade de se desenvolver no aluno a capacidade para investigar e solucionar problemas com iniciativa, inovação e responsabilidade na tomada de decisão.

Albuquerque, Ferreira e Brites (2016) posicionam a educação empreendedora como um elemento estratégico na promoção de modelos de desenvolvimentos mais inclusivos, éticos e holísticos e questionam as abordagens tradicionais associadas ao treino de competências funcionais. Os estudos desses autores tomam como referência o paradigma

das capacidades, o qual define capacidades não apenas como habilidades adquiridas, mas também como oportunidades criadas pela combinação entre as faculdades pessoais e o contexto político, social e econômico.

Sendo assim, as capacidades empreendedoras incluem as oportunidades criadas pela combinação entre competências pessoais e o contexto socioeconômico e político, ou seja, a pessoa tem oportunidade e liberdade de escolha.

## 5.1 Aprendizagem empreendedora

Há alguns anos, acreditava-se que o empreendedorismo era algo inato ao indivíduo, não podendo ser ensinado. Atualmente a visão que se tem é de que o processo empreendedor pode ser ensinado e entendido por qualquer pessoa.

No entendimento de Fillion (1999), o empreendedorismo se aprende, pois é possível criar programas e cursos que adotam sistemas de aprendizados adaptados à lógica desse campo de estudo, numa abordagem em que o aluno é levado a definir e estruturar contextos e a entender as várias etapas de sua evolução.

Zampier e Takahashi (2011) salientam a relevância do processo de aprendizagem no desenvolvimento e na ampliação das competências empreendedoras dos indivíduos, uma vez que não há desenvolvimento sem aprendizagem, e esta se constitui uma evolução necessária da aquisição de competências.

Os empreendedores são identificados a partir de algumas características, e, para compreender o empreendedorismo, neste sentido, é fundamental entender como os empreendedores desenvolvem suas competências; para isso, é necessário, também, compreender como ocorre o processo de aprendizagem empreendedora.

A educação focada na formação de empreendedores torna-se fundamental diante dos desafios impostos pela sociedade. Isso não significa, porém, transformar a sala de aula em um espaço de disseminação de uma cultura que imponha a formação de um sujeito voltado apenas para o emprego.

Como formar, então, alunos com capacidade empreendedora? Não há fórmulas prontas ou técnicas específicas; a formação empreendedora deve estimular o aluno a buscar e experimentar a inovação, criar coisas novas, deixar a mente e as ideias fluírem até se transformarem em possíveis oportunidades.

Dessa forma, entende-se serem necessárias propostas conjuntas que promovam o autoconhecimento, o conhecimento do outro e do mundo que o cerca, possibilitando a construção de um sujeito mais completo.

A aprendizagem empreendedora é, pois, compreendida como um processo dinâmico, participativo, de reflexão, experiência e ação, o qual é dependente de fatores sociais, históricos e culturais.

Sekiguchi *et al.* (2017) partem da ideia de que a aprendizagem é um empreendimento a um só tempo pessoal e social. Os sujeitos empreendem sua própria aprendizagem a fim de viabilizar um projeto próprio, com outras pessoas, grupos ou mesmo de organizações e redes diversas.

Como destaca Paulo Freire (2002), o aprender é compreendido como uma jornada de conhecimento empreendida por quem aprende, em suas relações com os outros e mediatizadas pelo mundo.

Dentro dessa perspectiva, é possível perceber que os métodos tradicionais de ensino não oferecem suporte ao aprendizado de empreendedorismo. Lopes (2017) aponta que a educação empreendedora reflete toda a discussão e as mudanças que ocorrem na educação de forma geral sobre a necessidade de utilização de metodologias ativas.

Para estimular o desenvolvimento das competências empreendedoras, a aprendizagem ativa – o aprender fazendo – torna-se condição primordial. Dessa forma, a aprendizagem experiencial, a aprendizagem cooperativa e a aprendizagem centrada em problemas tornam-se fundamentais para expor os alunos a situações de vida real, que lhes possibilitem pensar de uma forma diferente, buscando alternativas, ou seja, aprendendo com a experiência e o processo.

A aprendizagem ativa permite ao aluno dialogar com ele mesmo, com os colegas, com os docentes, com a escola, com a comunidade e com a realidade social que o cerca (LOPES, 2017).

Como ressalta Freire (2002, p. 52), “Deve-se estar atento ao fato de que saber ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou construção”. Nesse sentido, Oliveira e Barbosa (2014 *apud* SCHAEFER; MINELLO, 2016) salientam que a aprendizagem de empreendedorismo requer diferentes abordagens, algumas das quais ainda sequer foram criadas. Compreendem ainda que não basta apenas introduzir práticas denominadas modernas, uma vez que

estas práticas devem se adequar às demandas e peculiaridades dos próprios alunos.

Além disso, deve-se considerar que existe uma ação dialógica e uma ligação entre o processo de ensino-aprendizagem e o mundo real em que os alunos e professores estão inseridos, tendo em vista que na educação empreendedora busca-se a melhoria e a inovação do contexto circunstante.

## 6 Empreendedorismo Social

Partindo-se do pressuposto de que o processo de aprendizagem empreendedora demanda uma conexão com o mundo no qual aluno e professor estão inseridos, observa-se a necessidade de promover o desenvolvimento do empreendedorismo social, ou seja, comportamentos socialmente empreendedores por meio de atividades vivenciais que possibilitem a formação de sujeitos participativos e cidadãos.

Pinsky e Pinsky (2013, p. 11) compreendem que ser cidadão é:

Ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.

No ambiente da Educação Profissional e Tecnológica, a promoção de uma educação que capacite o aluno no que se refere à liberdade de pensamento crítico e compreensão global de si e dos outros em um mundo compartilhado constitui-se como estratégia para uma cidadania mais ativa, reflexiva e responsável.

Callai e Moraes (2014) reafirmam em seus estudos o pensamento do filósofo Jean-Jacques Rousseau, no sentido de que, para se criar um novo homem e uma nova sociedade, é preciso educar a criança, desenvolvendo progressivamente seus sentidos e sua razão com vistas à liberdade e à capacidade de julgar. Dessa maneira, a formação de cidadãos não é trabalho para um só dia, ou seja, é necessário educar ainda quando crianças.



De acordo com Bastos e Ferreira (2011), incentivar o empreendedorismo social nas escolas através de práticas educativas pode ser uma chance de (trans) formar novos cidadãos. A grande dificuldade está em aproximar os alunos da realidade e do dia a dia das pessoas que empreendem em suas comunidades.

Lima Júnior (2011), entre os objetivos definidos em sua pesquisa, buscou verificar caminhos de resgate das ideias do empreendedorismo, enquanto educação emancipatória, crítica e solidária, fundamentada nos princípios da liberdade, em uma abordagem educativa por competências. Nesse sentido, o autor entende que o ensino do empreendedorismo poderia avançar em conjunto com o empreendedorismo social, cuja abordagem retoma os princípios da autonomia e da economia solidária.

Parece-me que a lógica de condução para uma educação empreendedora com o traço social e solidário parece apontar para a importância de um novo equilíbrio entre adaptação e autonomia, entre o conhecimento e a prática, entre o individual e o social, entre a criatividade e a reprodução, entre o saber de si, de seus limites e seus diferenciais e o saber do outro. Uma educação integral será empreendedora a partir do momento em que promover o encontro e o diálogo da subjetividade, da cultura, do econômico e do social no espaço dos empreendimentos inovadores e sustentáveis (LIMA JÚNIOR 2011, p. 133).

O empreendedorismo social, portanto, constitui uma prática e um fenômeno atual, que aponta para o surgimento de novas ideias oriundas de pessoas das mais diversas esferas sociais. Trata-se, contudo, de um tema ainda pouco explorado e com escassa bibliografia, sendo o contexto de seu surgimento marcado principalmente pela ampla divulgação do conceito de empreendedorismo empresarial clássico.

Há, além disso, certa confusão entre os termos responsabilidade social e empreendedorismo social. O empreendedorismo social é delineado pela participação dos indivíduos e da comunidade na solução de seus próprios problemas e no desenvolvimento local, nas relações de solidariedade e cooperação, no desenvolvimento autônomo e autogestionário de cada pessoa e da comunidade e no estabelecimento de parcerias e alianças com todos os demais atores sociais como empresas, governos e demais organizações sociais, para elaboração e condução

de projetos propostos (MELO NETO; FROES, 2002). Ainda segundo Melo Neto e Froes (2002), a distinção entre responsabilidade social e empreendedorismo social é que a primeira representa uma nova função incorporada pelas empresas que visam lucro, ao passo que a segunda representa os negócios que buscam resultados sociais.

Dentro da concepção de educação empreendedora, entende-se que não basta formar alunos empreendedores, se estes não têm uma formação social e um comportamento ético. O foco da educação empreendedora não está concentrado apenas no nível individual e na formação profissional; mas também no desenvolvimento social e na construção de uma sociedade mais justa, com a formação de cidadãos que desenvolvam a capacidade de assumir suas responsabilidades.

## 7 Conclusão

Os estudos sobre empreendedorismo avançaram significativamente nos últimos anos. Observa-se, porém, que o tema da educação empreendedora ainda carece de mais estudos teóricos e empíricos, permitindo, assim, o seu amadurecimento e direcionamento, além de estimular a sua disseminação no meio docente.

É possível observar que no meio docente o tema empreendedorismo ainda é alvo de entendimentos contraditórios, pelo fato de entenderem que, mesmo com os novos conceitos inseridos, o objetivo final continua sendo o mesmo, ou seja, atender aos interesses do mercado.

Nesse sentido, torna-se necessário desconstruir esse conceito restrito a respeito da educação empreendedora, assumindo uma perspectiva ampliada, indo além da abordagem econômica e empresarial, compreendendo-a a partir de uma abordagem holística, a qual traduza a existência humana.

Torna-se fundamental, neste processo, repensar a educação empreendedora desenvolvida no Brasil, tendo em vista a disseminação de uma verdadeira cultura empreendedora como fomentadora de desenvolvimento, possibilitando ao aluno uma formação que proporcionará uma experiência de vida com resultados no âmbito social, econômico e cultural.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), é preciso preparar os alunos para responder à demanda da sociedade por profissionais competentes e que saibam conciliar o crescimento

econômico com a conservação ambiental e o desenvolvimento social.

Através da análise das produções científicas consultadas neste estudo, foi possível perceber que a educação empreendedora reforça o envolvimento da comunidade, uma vez que engloba os empreendedores, os ambientes produtivos locais e os indivíduos que constituem fontes de informação e recurso. Esse efeito corrobora a importância de práticas pedagógicas que venham a colaborar com uma educação com esse perfil.

Dentro dessa concepção, a educação empreendedora pode ser inserida na EPT por meio de uma qualificação abrangente que inclua, além das competências técnicas profissionais, uma visão crítica aliada à responsabilidade social, uma vez que a educação empreendedora não está concentrada apenas no nível individual e na formação profissional, mas também no desenvolvimento social e na formação de cidadãos.

Pelo fato de a educação empreendedora priorizar a integração entre os alunos – utilizando-se de uma aprendizagem baseada em problemas, além de processos de ação e reflexão procedentes da experiência vivenciada –, estes são incentivados a assumirem responsabilidades e autodirigirem o processo educacional. Assim, a educação empreendedora pode contribuir para a EPT na medida em que possibilita a criticidade do aluno, proporcionando-lhe o reconhecimento de problemas e a proposição de soluções em diferentes contextos e situações, bem como o desenvolvimento de sua mentalidade empreendedora e sua emancipação no cenário sócio-político e econômico.

Por meio deste estudo, espera-se contribuir na ampliação do conceito da educação empreendedora para uma educação de abordagem holística, permitindo, assim, maior inserção e aplicabilidade da educação empreendedora na educação profissional e proporcionando o desenvolvimento do ser humano dentro de um meio social.

Tem-se, como proposta para trabalhos futuros, o uso de práticas e ferramentas que possam ampliar a construção de um ambiente propício para se difundir propostas inovadoras de educação empreendedora no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. P.; FERREIRA, J. S.; BRITES, G. Educação holística para o empreendedorismo: uma estratégia de desenvolvimento integral, de cidadania e cooperação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 67, p. 1033-1056, dez. 2016. DOI: 10.1590/S1413-24782016216752. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782016000401033&lng=en&nr=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782016000401033&lng=en&nr=iso&tlng=pt). Acesso em: 20 mar. 2019.

ANDRADE, R. R. **Demanda e perfil profissional de técnicos de nível médio para o setor sucro-alcooleiro**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto Agrônomo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, 2005.

ANTONELLO, C. S. A metamorfose da aprendizagem organizacional: uma revisão crítica. In: RUAS, R. L.; ANTONELLO, C. S.; BOFF, L. H. **Os novos horizontes da gestão: aprendizagem organizacional e competências**. Porto Alegre: Bookman, 2005. p. 12-33.

AQUINO, C. T. E. de. **Como aprender: andragogia e as habilidades da aprendizagem**. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

BASTOS, M. F.; FERREIRA, R. R. Educação e empreendedorismo social: um encontro que (trans)forma cidadãos. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 11, n. 33, p. 573-594, mai./ago. 2011. DOI: 10.7213/rde.v11i33.4438. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/4438>. Acesso em: 22 maio 2019.

BRASIL. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 12 fev. 2019.

CALLAI, H. ; MORAES, M. **Educar para a formação cidadã na escola**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2014.

CIAVATTA, M. A cultura do trabalho e a educação plena negada. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 5, p. 170-189, jul./dez. 2011. DOI: 10.29148/labor.v1i5.6645. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6645>. Acesso em: 13 abr. 2019.

COAN, M. Educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 9, p. 1-18, jul./dez. 2013. DOI: 10.29148/labor.v1i9.6609. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6609>. Acesso em: 13 abr. 2019.

COMISSÃO EUROPEIA. **Educação para o empreendedorismo**: guia para educadores. Bruxelas: Comissão Europeia, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CNE. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF: CNE, [2012]. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 12 fev. 2019.

CORDÃO, F. A. Considerações livres de um educador brasileiro sobre os 50 anos da nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 74-83, jan./abr. 2012.

CRUZ JÚNIOR, J. B.; ARAÚJO, P. C.; WOLF, S. M.; RIBEIRO, T. V. A. Empreendedorismo e educação empreendedora: confrontação entre a teoria e prática. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 9-29, 2006. DOI: 10.5007/1982-3549.2006.15.9-29. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/1003>. Acesso em: 10 mar. 2019.

DOLABELA, F. **Pedagogia empreendedora**: o ensino de empreendedorismo na educação básica voltado para o desenvolvimento social sustentável. São Paulo: Cultura, 2003.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 5-28, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. A. O estado-da-arte das políticas de expansão do ensino médio técnico nos anos 1980 e de fragmentação da educação profissional nos anos 1990. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. A. (org.). **A formação do cidadão produtivo**: a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: INEP, 2006. p. 71-96.

GUERRA, M. J.; GRAZZIOTIN, Z. J. Educação empreendedora nas universidades brasileiras. In: LOPES, R. M. A. (org.). **Educação empreendedora**: conceitos, modelos e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p. 67-87.

LAVIERI, C. Educação... empreendedora? In: LOPES, Rose Mary A. (Org.). **Educação empreendedora**: conceitos, modelos e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo, 2010. p. 1-16.

LIMA JÚNIOR, O. P. A. de. **O espírito do capitalismo e a cultura do empreendedorismo**: educação e ideologia. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LOPES, R. M. A. (org.). **Educação empreendedora**: conceitos, modelos e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LOPES, R. M. A. (org.). **Ensino de empreendedorismo no Brasil**: panorama, tendências e melhores práticas. Rio de Janeiro: Atlas Book, 2017.

LUZ, A. S.; CÊA, G. S. S. Reflexões sobre a ideia do empreendedorismo na educação **Educere et Educare**. **Revista de Educação**, Cascavél/PR, v. 1, n. 1, p. 83-87, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1009/861>. Acesso em: 26 maio 2019.

MACHADO, N. J. Sobre a ideia de competência. In: PERRENOUD, P. et al. **As competências para ensinar no século XXI**: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. p. 137-155.

MARTINS, G. A.; PINTO, R. L. **Manual de elaboração para trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MELO NETO, F. P. de ; FRÓES, C. **Empreendedorismo social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MENDES, M. T. T. **Educação empreendedora**: uma visão holística do empreendedorismo na educação. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências

da Educação) – Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Educação e Psicologia, Lisboa, 2011. Disponível em: [https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8605/4/Tese\\_TeresaMendes\\_EducacaoEmpreendedora.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8605/4/Tese_TeresaMendes_EducacaoEmpreendedora.pdf). Acesso em: 5 maio 2019.

MINERVINO, D. S. D. **Empreendedorismo e educação: o uso da pedagogia empreendedora na formação do técnico em agropecuária da escola família agrícola do Pacuí**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto Agrônômico, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, 2014.

NUSSBAUM, M. C. **Not for profit**. Why democracy needs the humanities. Princeton: Princeton University Press, 2010.

NUSSBAUM, M. C. **Crear capacidades**. Propuesta para el desarrollo humano. Barcelona: Paidós, 2012.

PARO, V. H. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. *In*: FERRETTI, C. J. *et al.* (org.). **Trabalho, formação e currículo**: para onde vai a escola. São Paulo: Xamã, 1999. p. 101-120.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (org.) **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PREVIDELLI, J. J. ; SELA, V. M. (org.). **Empreendedorismo e educação empreendedora**. Maringá: Unicorpore, 2006.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, abr. 2007. DOI: 10.1590/S1413-24782007000100012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782007000100012&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782007000100012&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 15 mar. 2019.

SCHAEFER, R; MINELLO, I. F. Educação Empreendedora: premissas, objetivos e metodologias. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 60-81, jul./set. 2016. DOI: 10.12712/rpca.v10i3.816. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/pca/article/view/11270/pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SCHAEFER, R; MINELLO, I. F. A formação de novos empreendedores: natureza da aprendizagem e educação empreendedoras. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 2-20, set./dez. 2017. DOI: 10.6034/rmpe.v11i3.1035. Disponível

em: <http://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/view/1035>. Acesso em: 25 abr. 2019.

SEKIGUCHI, C.; AZEVEDO, W.; MARTINIS, E.; ROCHA, T. Empreendizagem: uma jornada de aprendizagem sobre como empreender com base em experiências do SEBRAE e de outras organizações no Brasil e no mundo. *In*: LOPES, R. M. A. (org.). **Ensino de empreendedorismo no Brasil: panorama, tendências e melhores práticas**. Rio de Janeiro: Atlas Book, 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Lisboa: Gradiva, 2003.

SOUZA, S. P. A introdução do empreendedorismo na educação brasileira: primeiras considerações. **Educação & Linguagem**, São Paulo, v. 15, n. 26, p. 77-94, jul./dez. 2012. DOI: 10.15603/2176-1043/el.v15n26p77-94. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/3291>. Acesso em: 22 maio 2019.

TASSO, R. D.; MACEDO, A. C. O.; FAGHERAZZI, O. J.; PIRES, R. A. C. A. Educação Profissional no Brasil: do tecnicismo à construção da cidadania. **Scientia Plena**, São Cristóvão/SE, v. 11, n. 2, p. 1-8, fev. 2015. Disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/1747>. Acesso em: 27 abr. 2019.

ZAMPIER, M. A.; TAKAHASHI, A. R. W. Competências empreendedoras e processos de aprendizagem empreendedora: modelo conceitual de pesquisa. **Cadernos EBAPE BR**, Rio de Janeiro, v. 9, ed. especial, p. 564-585, jul. 2011. DOI: 10.1590/S1679-39512011000600007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512011000600007&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512011000600007&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 17 maio 2019.